UMA HISTÓRIA QUE PERMANECE VIVA

Enio Moraes Júnior[1]

Toda história forte deixa suas marcas. Toda história triste, deixa sequelas, mas deixa também uma séria de lições. E esse é o caso do período da ditadura militar, que foi instaurada em 1964. Por conta dessa data, 2014 tem um apelo especial na vida política e cívica dos brasileiros.

O ano encerra-se com uma série de acontecimentos marcantes para a vida do País. Além de notícias com as quais já nos acostumamos, como os índices envolvendo violência e criminalidade e as constantes denúncias de corrupção que ocupam as páginas de uma imprensa algumas vezes sem compromisso algum com o interesse público, há casos bem peculiares. A exemplo disso, o nocaute que tirou a seleção da País sede da Copa do Mundo do páreo pelo hexacampeonato, a crise hídrica na maior cidade brasileira e a reeleição da primeira mulher a ocupar um cargo de presidente da República.

[1] Esta série de reportagens elaborada pelos alunos do Curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), com coordenação do Prof. Dr. Enio Moraes Júnior. E-mail: enio@espm.br

Entretanto, 2014 marca também os 50 anos de instauração da ditadura militar no Brasil. Especialmente no primeiro semestre do ano, a data foi bastante discutida nas escolas brasileiras e mereceu também especial atenção nas escolas de jornalismo.

O jornalismo e o ensino do jornalismo cumprem seu papel quando ajudam a contar e a recontar a história, resgatando, em documentos ou por meio da fala de cidadãos, a memória de um povo. A seguir, quarto reportagens e uma entrevista realizadas por quatro jovens alunas do curso de jornalismo da ESPM-SP.

Todos os textos são produto de um trabalho experimental das alunas na disciplina *Apuração e Texto Jornalístico*, ministrada por este professor, no primeiro ano da faculdade. A ideia central era que as estudantes articulassem, em suas matérias, informações de fontes documentais com entrevistas com personagens que viveram a ditadura no Brasil ou que pudessem falar, como especialistas, sobre o assunto.

Em *Jornais e jornalistas foram vítimas da repressão*, a estudante Camila Câmara explora o universo da censura aos meios de comunicação. A discussão é subretrancada por uma entrevista com o jornalista Hélio Rocha, que presenciou a repressão aos jornais em seu estado. Em *"A gente fez o que foi possível", afirma jornalista goiano*, Rocha sobre os malabarismos e as dificuldades de manter, na época, a qualidade e o interesse público como norte do trabalho da imprensa.

Naíla Almeida, em *Desaparecimento de crianças nas ditaduras militares sul-americanas ainda é tabu*, articula o uso das fontes documentais a entrevistas para contar histórias de crianças que sofriam com a tortura e a ausência dos pais. A jovem repórter registar que muitas dessas crianças continuam desaparecidas e que o cinema tem contado um pouco desse drama.

Entender o presente e pensar no passado. As duas últimas matérias abordam esses dois aspectos da memória. Em *Estudar era perigoso nos anos 60*, a estudante Uly Barbosa trata da questão da educação em um ambiente de direitos constrangidos e cerceados. Victória Neumann, em *Ditadura Militar é um pesadelo vivo na memória de brasileiros*, aborda o significado dos anos da repressão na memória de quem viveu o período.

Boa leitura.

JORNAIS E JORNALISTAS FORAM VÍTIMAS DA REPRESSÃO

Camila Câmara[2]

Brasil, 31 de março de 1964. Há de 50 anos, militares tiraram do cargo o presidente da República, João Goulart, tomaram o poder e iniciaram um período na história do Brasil conhecido como ditadura. Durante mais de vinte anos, a população do País teve limitada sua liberdade de expressão e de imprensa. Houve censura da produção cultural, privando os brasileiros de terem acesso a notícias sobre a sua situação política e econômica.

De acordo com o historiador Boris Fausto, existiam razões de ordem econômica e política que explicam o movimento militar em 1964. A explicação econômica é que havia a deterioração de um quadro que revelava uma alta inflação que quase chegou a 100% anuais e o descontrole das contas do governo e do setor externo. Do ponto de vista político, os setores militares e civis acreditavam que o regime populista de João Goulart estava levando o País a uma república sindicalista e que depois se transformaria em comunismo. Além disso, os Estados Unidos temiam que o Brasil seguisse o exemplo de Cuba e, por isso, auxiliaram o governo militar, principalmente no início do regime.

Durante a ditadura, os meios de comunicação foram intensamente repreendidos. Em 1967, foi assinada pelo então presidente da República, Castelo Branco, a Lei da Imprensa (número 5.250), que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Ou seja, restringia as atividades da imprensa e permitia a punição de jornalistas e veículos de comunicação que se opusessem ao governo.

O regime adotou a censura prévia como um instrumento repressivo. Na prática, os censores liam o material que estava sendo preparado para publicação e vetavam ou liberavam os textos, normalmente com restrições. Entre as publicações que foram reprimidas dessa forma estão *O Pasquim*, *O Estado de S.Paulo*, *Opinião*, *Movimento* e *Tribuna da Imprensa*.

[2] Aluna do 1° semestre do curso de Jornalismo / ESPM-SP. E-mail: camila.camara@acad.espm.br

Ninguém era herói

"Os militares escalaram fiscais que iam para os jornais e supervisionavam as matérias redigidas. Alguns textos foram suspendidos, pois não eram bem-vistos pelos fiscais enviados à redação do jornal", lembra o jornalista goiano Hélio Rocha, hoje com 74 anos. Ele ressalta que, como profissional, fez o que foi possível para preservar o interesse público da informação, mas que ninguém era herói e que a censura prevalecia.

"Dai-me uma fúria grande e sonorosa, e não de agreste avena ou frauta ruda", afirmava Luís Vaz de Camões, no século XVIII, em seu poema *Os Lusíadas*. Como forma de alertar aos leitores que estava sob censura prévia, o jornal *O Estado de S.Paulo* publicou anúncios, cartas periódicas, receitas culinárias e, principalmente, poemas do autor português Camões no lugar das notícias proibidas.

Entretanto, nem sempre esse tipo de tática funcionava, pois a redação recebia cartas de leitores que reclamavam da qualidade das receitas. Foi o caso da dona de casa paulistana Maria Ivone Pinheiro, de 70 anos, que, na época, indignou-se com a receita do jornal que a orientava a colocar dois quilos de farinha de trigo no bolo de chocolate.

Outra modalidade de manipulação utilizada a partir de 1968 foi a "autocensura", que abrangia as grandes imprensas e informava os assuntos da pauta que estavam sob risco de represálias. Caso não ocorresse o cumprimento das exigências militares, as punições eram a apreensão do jornal ou a retirada do ar de emissoras de rádio e televisão além de "sugerir" aos donos da empresa o afastamento de determinados jornalistas.

Lenta, gradual e segura

A partir do governo Ernesto Geisel (1974 a 1979), iniciou-se um processo com muitas ressalvas e restrições para promover a abertura política do Brasil, definido pelo próprio presidente como "lenta, gradual e segura". A lei que permitia a autocensura sobre os meios de comunicação permaneceu e só chegou ao fim em 1976.

No início dos anos 1980, já no governo do general João Figueiredo, os militares de extrema direita, insatisfeitos com a reabertura democrática, começaram a praticar

atentados a bomba contra as bancas de jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Esses atos eram uma forma de impedir a propagação de reportagens e artigos opositores ao regime, havendo assim uma intimidação contra não só a jornalistas, mas também a quem distribuía os jornais.

Segundo o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, foram mais de 40 atentados a bomba de fevereiro de 1980 a abril de 1981. Além das bancas, ocorrem explosões em outros lugares movimentados, ocupados por opositores do regime, como a Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, durante comício do PMDB e na sede do movimento Convergência Socialista, ambos no Rio de Janeiro. O ataque a bomba mais conhecido foi o do Riocentro, em 1981, que falhou, acarretando na morte do sargento Rosário que segurava a bomba em seu colo.

Foi num desses episódios que Manoel Parolim, ex-proprietário de uma banca de revistas no centro de São Paulo faleceu. Seu filho, Rodolfo Parolim, orgulha-se da coragem de seu pai. “Como uma forma de resistir ao regime, meu pai continuou vendendo jornais em sua banca. Para ele, o jornal era uma forma de a população de conhecer a verdade”.

Em 1988, foi elaborada uma nova Constituição que determinou o fim da censura e possibilitou as eleições diretas para a presidência da República, ocorridas em 1989. A partir desse documento, conhecido como Constituição Cidadã, a imprensa começou a usufruir de uma maior liberdade de expressão e a população teve alguns de seus direitos devolvidos, como o de votar e manifestar-se.

O ano de 2014 registra os 26 anos da volta da democracia ao Brasil. Desde a primeira eleição direta pós-ditadura, a Nação já votou seis vezes para presidente e em outubro deste ano foi às urnas novamente.

"A GENTE FEZ O QUE FOI POSSÍVEL", AFIRMA JORNALISTA GOIANO

Camila Câmara[3]

O jornalista Hélio Rocha nasceu no dia 14 de agosto de 1940, em Corumbá de Goiás. Estudou Ciências Sociais e Letras na Universidade Federal de Goiás (UFG) e começou sua carreira jornalística aos 19 anos, no jornal *Diário do Oeste*. Tem passagem pelo *Correio* Brasiliense e pelo *Diário da Manhã* e foi correspondente da revista *Veja*, do jornal *O Globo* e da agência de notícias americana *Associated Press*. Em 1972, começou a trabalhar para o jornal goiano *O Popular*, onde foi editor-chefe, editor especial e atualmente ocupa o cargo de editorialista.

Rocha é um jornalista contemporâneo da ditadura militar e vivenciou a censura imposta nas redações. Na entrevista a seguir, ele conta como foi o controle dos militares sobre os meios de comunicação e o que foi possível fazer para preservar a qualidade da informação jornalística durante o período.

Camila Câmara - A partir de que momento você sentiu a censura da ditadura militar?

Hélio Rocha - Em Goiás, em menos de um mês de Golpe, começaram algumas perseguições. O governador do estado, Mauro Rocha *(que esteve no cargo de maio de 1963 a novembro de 1964)* tinha alguns auxiliares de esquerda que foram perturbados pelos militares. Com isso, percebeu-se, desde o início, que havia uma intenção mais radical que feria os princípios da democracia e da cidadania. No mês de maio, inclusive, esteve em Goiânia uma comissão de inquérito chefiada pelo general Castro e Silva que enquadrou diversos auxiliares do governo e outras pessoas, como líderes estudantis. Depois, iniciaram-se algumas prisões. Foram encaminhados para a Penitenciária Central de Goiânia cerca de trinta pessoas e algumas foram chamados para depor na região

[3] Aluna do 1° semestre do curso de Jornalismo / ESPM-SP. E-mail: camila.camara@acad.espm.br

militar de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Em relação a Goiás, foi possível perceber que o regime seria muito duro. Foi rigoroso em outras regiões do Brasil, mas houve no estado um particular endurecimento dos militares em relação à sociedade.

CC - Você considera que a censura aos meios de comunicação foi intensa desde o começo do regime ou ocorreu de forma gradual?

HR - A censura foi intensa. Inclusive, em determinado período, os militares escalaram fiscais que iam para os jornais e fiscalizavam as matérias redigidas. Eles censuravam na própria redação e éramos obrigados a suspender as reportagens que não agradavam o censor. Alguns textos foram suspendidos, pois não eram bem vistos pelos fiscais enviados à redação do jornal.

CC - Como você exerceu o jornalismo durante esse período?

HR - A gente fez o que foi possível. Mais que isso, era difícil, porque ninguém era herói. Foi muito difícil conviver com o regime, principalmente depois do dia 26 novembro de 1964, quando o Estado de Goiás sofreu intervenção federal decretada pelo então presidente da República, Castelo Branco. O governador Mauro Borges tinha o *habeas corpus* preventivo a seu favor, proferido pelo Supremo Tribunal Federal, mas, mesmo assim, foi cassado, punido e afastado. Goiás ficou sob intervenção durante um mês e depois reelegeram indiretamente o general Emílio Rodrigues Ribas Júnior, que esteve no cargo de 1965 a 1966.

CC - Com o fim da ditadura e o início da redemocratização, nos anos 1980, os jornalistas enfrentaram dificuldades para reconquistar seus leitores?

HR- A desconfiança dos leitores persistiu por uns meses, mas depois houve uma aceitação geral visto que as pessoas começaram a se acostumar com o novo governo que viviam e verificaram o grau de liberdade total da imprensa.

DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS NAS DITADURAS MILITARES SUL-AMERICANAS AINDA É TABU

Naíla Almeida[4]

As ditaduras militares foram períodos difíceis na história de alguns países latino-americanos. De acordo com o Centro de Documentação Eremias Delizoicov e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, no Brasil estão desaparecidas até hoje 379 pessoas.

Na Argentina, a ditadura aconteceu entre 1966 a 1970. Até o momento, estão desparecidas cerca de dez mil pessoas, segundo a Comisíon Nacional sobre la Desaparicíon de Personas (Condadep). Mas a Asocíason Madres de Plaza de Mayo (Associação Mães da Praça de Maio), ou apenas Madres, e a ONG Servicio de Paz y Justicia en America Latina, contestam esse número e acreditam que ele chegue a trinta mil.

Muitos relatos de tortura, superação e heroísmo por parte dos ativistas contra as ditaduras ajudam a desvendar e entender o que aconteceu naquele período. Entretanto, pouco se sabe sobre as crianças, filhos e filhas dos militantes que lutavam pela democracia, desaparecidas nessa época.

Segundo o cientista político Jorge Montecinos, que é chileno e professor da ESPM-SP, imaginar que o ser humano é capaz de premeditar maldades contra outro é cruel e frio de mais. “O desaparecimento de crianças nas ditaduras militares é um tabu”, avalia.

E esse é um tabu não só para a sociedade, mas também para a própria ditadura. Muitos militares e suas famílias adotaram os filhos de ativistas que morriam nas torturas ou eram assassinados pelo regime, escondendo-os de suas famílias. A Comissão da Verdade argentina relata que trinta mil pessoas foram assassinadas durante o período do

[4] Aluna do 2° semestre do curso de Jornalismo / ESPM-SP. E-mail: naila.almeida@acad.espm.br

regime. De acordo com a Asocíason Madres de Plaza de Mayo, cem crianças desaparecidas já foram encontradas, mas quatrocentas ainda não foram identificadas.

Mudanças

No Brasil, a ditadura militar durou entre 1964 a 1985. Não há estatísticas sobre o desaparecimento de crianças durante o regime, mas existem relatos de filhos de ativistas que tiveram que entrar na clandestinidade. Segundo dados publicados nos sites dos jornais *Carta Maior* e *Jornal GGN*, *Jornal de Todos os Brasis*, algumas crianças tiveram que mudar de cidade, nome e idade para não serem vinculados aos seus pais.

Ainda de acordo com os jornais, quando sabiam que os militantes tinham filhos, os militares brasileiros sequestravam tanto os pais como as crianças. Algumas delas eram obrigadas a assistir as sessões de tortura enfrentadas por seus pais. Além disso, elas eram ameaçadas de tortura também, caso seus pais não colaborassem com os militares.

No filme *O Ano em que Meus Pais saíram de Férias* (BRA, 2006), de Cao Hamburguer, um casal de militantes brasileiros, que vive na Belo Horizonte dos anos 1970, decide deixar o filho, Mauro, na casa do avô paterno em São Paulo para protegê-lo de uma possível perseguição do regime.

Quando Mauro chega à casa do avô descobre que ele está morto. Assim, o menino fica aos cuidados dos vizinhos do avô por alguns meses, até que seus pais voltem de "férias". Entretanto, não é bem assim que tudo acontece. Só a mãe de Mauro volta e logo eles são exilados. Já o pai do menino não volta e fica subentendido no filme que ele está desparecido.

"Quando nasci, os militares me afastaram de minha mãe e ficaram de me entregar à minha avó. Demoraram tanto que minha família ficou preocupada. Quando realmente me entregaram, disseram que a demora ocorreu porque não tinham algemas para os meus pulsos", diz Paulo Fonteles Júnior em relato ao *Jornal GNN*. Segundo ele, seus pais eram integrantes do movimento estudantil desde 1967 ou 1968, e haviam sido presos pelo regime em 1971.

A mãe de Fonteles Júnior foi presa quando estava grávida de cinco messes. “Minha mãe foi barbaramente torturada, eu só nasci por causa de sua firmeza”, conta. Ele ainda relata que no momento em que sua mãe deu à luz, ela pesava 37 quilos.

Rodrigo Arriaga Vianna, filho de Cícero Silveira Vianna, um dos ideólogos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nasceu no Chile, mas viveu sua infância na Suécia, em São Paulo e em Portugal. “Eu cheguei aqui no Brasil falando português de Portugal e meus primos todos caçoavam da minha cara”, narra no *GNN*.

Vianna ainda completa que foi traumático sair de uma sociedade humanista como a sueca, depois ir para um Portugal pós-Revolução dos Cravos e chegar ao Brasil, em 1979, numa época em que, mesmo com a anistia, o País pouco havia mudado.

Segundo o Mistério Público, a Lei de Anistia (número 7.347), criada pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), em 1985, e regulamentada pela Lei número 9.008, de 1995, seria um perdão geral sobre os crimes políticos cometidos durante o período de 1946 a 1988 no Brasil. Essa lei é importante porque indenizou e indeniza as famílias e os presos políticos que foram torturados ou assassinados durante a ditadura militar. Uma parte considerada ruim da anistia, e sempre em discussão, é o perdão a crimes cometidos por militares que agiram contra os direitos humanos.

Vida adulta

De acordo com publicado no *Portal Folha*, Carlos Alexandre de Azevedo suicidou-se em fevereiro de 2013. Com um ano e oito messes de idade, ele foi levado para a prisão junto com seus pais, Dermi Azevedo e Darcy Andozia. Seu pai era jornalista do *Última Hora* e foi acusado de difamar a imagem do Brasil no exterior ao escrever um relatório sobre os livros de Educação Moral e Cívica usados no Brasil.

Apesar da pouca idade, Azevedo teve um dente quebrado, levou choque e foi jogado no chão quando os militares o levaram à casa dos avós. Alguns anos depois, ele foi diagnosticado com fobia social. Segundo relatos de seu pai, Azevedo sempre foi fechado e triste. Em um e-mail de despedida enviado a um amigo, ele se dizia mal remunerado e isolado.

"A criança tem uma sensação de abandono", explica o psiquiatra Hiroshi Ushikusa, de São Paulo. Ele afirma que, ao ser retiradas do lar, lugar de refúgio de proteção, as crianças experimentam sentimento de insegurança. Segundo ela, os pais são o mundo da criança. Quando elas assistem-nos serem destruídos, torturados, mortos tem sensação de insegurança e impotência. Isso marca suas vidas. Essa situação é agravada ainda mais quando essas lembranças são dos primeiros anos de vida e somente depois elas conseguem entender o que tinha acontecido.

Casos desse tipo deixam sequelas para a vida toda. No caso de Azevedo, Ushikusa diz que a impotência de ver os pais sofrendo e não poder ter feito nada, faz a criança, já adulta, desenvolver um complexo de culpa, sentimento de não merecimento de sucesso e de felicidade. Além disso, a sensação de insegurança permanente afeta o ambiente e os relacionamentos do adulto traumatizado. Esse adulto também está propenso a sofrer de depressão e apatia.

Mães e filhos

No Chile, há relatos de que mulheres militantes ou esposas de militantes eram sequestradas pelos militares no final da gravidez e, após darem à luz, eram assassinadas, de acordo com relatos no Luís Nassif, em texto publicado no *GGN*.

Há relatos desta prática, inclusive, na Argentina. No país, os ex-ditadores Jorge Videla e Reynaldo Bignone foram condenados em junho de 2012 pelo roubo massivo de crianças, segundo publicado no site da revista *Carta Capital*.

Também na Argentina, a Asociacíon Civil Abuelas de Plaza de Mayo (Associação Civil Avós da Praça de Maio) ou, simplesmente Abuelas, denuncia o desaparecimento de milhares de crianças durante a ditadura, os lugares em que elas foram sequestradas e funcionavam como maternidades clandestinas. Além disso, a ONG busca localizar e devolver às famílias que sofreram com repressão política no país, todas as crianças desaparecidas, pois mesmo que seus pais tenham sido assassinados, elas continuam tendo outros parentes próximos, por exemplo, suas avós.

No filme *A História Oficial* (ARG, 1985), de Luis Puenzo, uma professa de história argentina descobre que seu marido era torturador durante o regime militar. Ela

constata também que a filha adotiva do casal foi roubada por seu marido de um hospital em que nasciam crianças filhas de militantes contra a ditadura. O filme mostra o dilema da professora em continuar com a guarda da criança, mesmo sabendo do passado, ou entrega-la à avó materna, que a procura.

Rosa Roisinblit passou a integrar as *Abuelas* porque sua filha Patrícia Roisinblit havia sido presa pelos militares argentinos, em outubro de 1978, grávida de oito messes. Segundo vídeo da *TV Pública Argentina* para a Abuelas, em abril de 2000, Rosa conseguiu, por meio de uma denúncia anônima, reencontrar seu neto Guilhermo, então com 22 anos. Na acusação, diziam que o neto de Rosa havia nascido numa maternidade clandestina e que havia sido registrado por um agente civil da força aérea militar como seu filho.

Comissão da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade, criada no Brasil em 2011 pela Lei número 12528 e instituída em maio de 2012, visa apurar as violações de direitos humanos ocorridos durante o período do regime militar.

Entre os casos em julgamento, estão os relatos de crianças colocadas na clandestinidade como forma de proteger sua identidade e parentesco com militantes da ditadura brasileira e que jamais conseguiram recuperar sua identidade. Além disso, há casos em que crianças foram torturadas ao serem presas com seus pais.

A socióloga paulistana que vive em São Carlos, Tainá Reis, acredita que não há justificativas para as perseguições feitas contra as crianças. “É mais fácil manter o apoio a uma ditadura que combatia a ameaça comunista do que um regime que desaparecia com crianças, ou mesmo que as usava como forma de tortura psicológica e emocional contra os pais”, explica.

Ela diz que o conhecimento dessas informações chocantes sobre os porões da ditadura se restringem a pequenos círculos que debatem o assunto. Assim, esse fato é desconhecido pela população. “Os casos possivelmente estão escondidos, e acredito que mesmo que venham à tona por conta da Comissão da Verdade, não serão amplamente divulgados. Esse tema é um tabu”, observa Tainá.

ESTUDAR ERA PERIGOSO NOS ANOS 60

Uly Barbosa[5]

O ano de 2014 marca os 50 anos de Golpe Militar no Brasil. O cenário político e econômico, entre os anos 1964 e 1985, era turbulento, caracterizado pela alta inflação, que chegou a 80% ao ano, segundo documentos da *Folha de S.Paulo* e o *Acervo da Ditadura*, site do governo federal. O cenário mundial também não ajudava, o mundo estava dividido, devido a Guerra Fria.

O regime militar foi marcado pelo cerceamento das liberdades e caracterizado pelo controle dos meios de comunicação. As escolas passaram a ser vigiadas de perto, pois os alunos poderiam se tornar formadores de opinião. O acesso à informação e à educação passou a ser mais fechado; muitos livros foram censurados e o governo escolhia quais poderiam ser lidos.

A aposentada Nyd Boer, hoje com 74 anos, foi professora na época, e lembra que, apesar da ditadura, muitos alunos, especialmente da Universidade de São Paulo, não aceitaram o que lhes era imposto. "Como professora, e estando em ciclos de pessoas que costumavam questionar, nós sabíamos que muitos alunos mais velhos não aceitavam e discutiam sobre a política do País", conta.

A atitude destes jovens universitários, muitos deles considerados rebeldes, fez com que outros jovens passassem a questionar o conhecimento e as matérias nas escolas e universidades, que eram impostas, mas nem sempre explicadas.

Autoridade

Maud Correa, de 64 anos, também professora em São Paulo durante a ditadura, acrescenta que muitas vezes os alunos não questionavam a realidade do Brasil, pois a época e o modo como eram educados não abria espaço para isso. "Naquele tempo, o

[5] Aluna do 1° semestre do curso de Jornalismo / ESPM-SP. E-mail: uly.campos@acad.espm.br

professor estava acima do aluno. A figura do professor era vista como autoridade e, para eles, não se questionava uma autoridade sobre a sua credibilidade. Apenas aqueles que eram muito ousados e corajosos faziam perguntas", reforça.

A falta de perguntas por parte dos alunos não representava desinteresse. Roy Campos, 52 anos, aluno do ensino médio na época, lembra que não existia abertura para questionamentos. "Nós tínhamos matérias como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política. Na minha opinião, essas foram criadas para tratar o assunto sem que pudéssemos perguntar algo. A matéria era ‘vomitada’ para nós alunos", conta.

A falta de respostas em relação ao que foram os anos do regime militar pode ter um fim. Em 2012 foi instituída a CNV, Comissão Nacional da Verdade, que tem como objetivo apurar as violações aos direitos humanos ocorridos desde 1964 até 1988. Sem previsão para acabar com as investigações, a Comissão busca descobrir o que realmente ocorreu durante a ditadura.

O Golpe, que tinha como intenção prevenir a instalação de um regime comunista no Brasil, abriu portas para a ditadura, que acabou durando 21 anos. Apesar das feridas, a relação entre alunos e professores mudou. Com as novas tecnologias, estudantes e seus mestres interagem cada vez mais. Existe espaço para as perguntas, sem a visão do professor como algo superior.

É comum ver jovens e professores interagirem nas redes sociais, encurtando distâncias. Como exemplo, nas manifestações que ocorram no Brasil em junho de 2013, jovens e adultos saíram as ruas exigindo mudanças. As redes sociais foram importantes, pois, tanto professores como alunos puderam expressar suas opiniões em relação à política.

DITADURA MILITAR É UM PESADELO VIVO NA MEMÓRIA DE BRASILEIROS

Victória Neumann[6]

Como um pesadelo que ainda provoca calafrios, o Golpe Militar de 31 de março de 1964 ainda pode ser considerado vivo na memória do País como um período de violações da liberdade e dos direitos humanos. Durante os 21 anos do regime, pode-se dizer que a época foi pontuada por desrespeito aos direitos constitucionais, censura e perseguições políticas.

Apesar dos vários processos para punir os responsáveis pelos crimes e abusos de poder no Brasil, cinco décadas após a tomada do poder pelos militares, muitas vítimas ainda esperam por justiça. A dor também é sentida por que aqueles que, mesmo sem ter passado por essa história, sofrem com as lembranças de pais e familiares que presenciaram e viveram o período.

"Raramente vejo meu pai chorar. Fazê-lo lembrar da ditadura é uma dessas raras ocasiões da vida", diz o tenente André Amaral. Os pais de Amaral eram muito jovens na época da ditadura no Brasil, por isso, as lembranças que rondam seus pais são falhas, a não ser pelo fato de que o tenente nunca chegou a conhecer seus avós paternos, que acabaram por falecer no período do regime militar.

Com os 50 anos do Golpe, voltam à tona o grande debate sobre a punição dos responsáveis pelos crimes cometidos durante os anos de regime militar no Brasil. Mesmo tendo provas de que em média 1.800 brasileiros e brasileiras foram presos, interrogados, torturados, e que muitos deles não sobreviveram aos métodos que eram aplicados durante o período da ditadura. As vítimas contestam a falta de ações concretas para julgar e punir todos os culpados.

Em 2012, com a implantação da Comissão Nacional da Verdade, Amaral e sua família, pela primeira vez, começaram a ver sinais de justiça. Esse dispositivo, visa

[6] Aluna do 1° semestre do curso de Jornalismo / ESPM-SP. E-mail: victoria.santos@acad.espm.br

apurar os delitos ocorridos entre 1964 e 1988. "A CNV tem cumprido um papel fundamental em permitir que a população conheça quais foram as violações ocorridas naquela época", ressalta Amaral.

Museu

O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o Golpe de 1964, período também conhecido como "anos de chumbo".

Localizando na rua Tutóia, na Vila Mariana, na zona sul de São Paulo, o DOI-CODI funcionou como um espaço de triste memória para da vida política brasileira. Centro de tortura e infrações aos direitos humanos, atualmente o prédio abriga a 36ª Delegacia de Polícia Participativa. O edifício hoje é tombado, segundo reportagem do *G1*, e, todo reformado com a ajuda dos moradores da região, pouco lembra um dos maiores centros de tortura brasileiros.

Grupos ligados aos direitos humanos, entre eles a Comissão da Verdade, criaram um projeto para que o antigo prédio vire um museu. A ideia principal é que o prédio torne-se um memorial sobre a ditadura militar. Uma lição sobre algo que nunca mais ser repetido.